

Comunicado

Assunto: Cabo Verde acaba de depositar na UNESCO a ratificação da convenção internacional para proteção do património cultural subaquático

Cabo Verde já depositou na UNESCO, a ratificação da convenção internacional para proteção do património cultural subaquático posicionando-se, assim, como membro de pleno direito deste importante tratado internacional.

A ratificação da convenção internacional para proteção do património cultural subaquático, convenção de 2001 adotada pela UNESCO na sua 31ª sessão, assenta na obrigatoriedade da preservação do Património Cultural Subaquático; proíbe a sua exploração comercial; promove a intervenção mínima sobre os vestígios submersos; defende o princípio da conservação e do acesso público in situ; bem como a cooperação internacional na proteção, divulgação e formação em arqueologia subaquática.

Recorde-se que o Estado de Cabo Verde aprovou, em 2008, em Assembleia Nacional, o texto de Ratificação da referida convenção que ora foi depositada, num momento importantíssimo para o país.

Isto porque, o Governo de Cabo Verde acaba de criar a Comissão para a proteção e salvaguarda do Património Cultural Subaquático, através da Resolução nº66/2018; e integra, através do Instituto do Património Cultural (IPC), dois projetos internacionais que visam a valorização do património cultural subaquático. São eles: CONCHA da Cátedra da UNESCO, o património Cultural dos Oceanos e o projeto MARGULLAR que visa promoção do património cultural subaquático na Macaronésia.

Não obstante os vários acordos que, a partir dos anos noventa, foram assinados entre o Governo de Cabo Verde e empresas privadas, nomeadamente a Afrimar e Arqueonautas SA, para a realização de pesquisas e recolhas de espólio de materiais arqueológicos, Cabo

Verde tinha, até então, um único instrumento de proteção do seu legado subaquático, a Lei nº 102/ III/ 90, de 29 de dezembro. Lei esta que objetiva a preservação, defesa e valorização do património cultural cabo-verdiano. No seu artigo 52º lê-se: “todos os achados e despojos históricos recolhidos dentro da área de jurisdição de Cabo Verde são propriedades do Estado”.

Com o depósito da convenção de 2001, que aconteceu a 26 de março, Cabo Verde reforça a capacidade fiscalizadora e protetora do seu património cultural subaquático

DE: GCI - Gov

Data: 04/04/2019 **Nº Pág.** 02

Contacto para assunto	Dulce Sanches Carla Gonçalves	5162773 5296101/9936333
-----------------------------	----------------------------------	----------------------------